



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A CONTRIBUIÇÃO DA SALA MULTIFUNCIONAL PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL NO ENSINO REGULAR

Diana Facunde dos Santos; Ranielle Meire Ramos Teixeira

*Secretaria de Educação e Cultura de Itapipoca
dianafacunde@hotmail.com; ranimeire@yahoo.com.br*

O presente trabalho retrata a realidade existente sobre a inclusão do aluno com deficiência intelectual no ambiente escolar. Isso porque, depois de vários anos da Declaração de Salamanca, que reconhece o valor e as potencialidades das pessoas com deficiência, ter ganhado as discussões sobre inclusão nas escolas, ainda se vê a enorme dificuldade em se trabalhar com alunos com deficiência, bem como o peso do preconceito que ainda permeiam o âmbito educacional. Nesse sentido, essa pesquisa tem como objetivo verificar quais são as principais dificuldades que os professores de Sala de Recurso Multifuncionais enfrentam para a inclusão de alunos com deficiência intelectual. Para isso, recorreu-se a uma pesquisa bibliográfica e, em seguida, a uma pesquisa de campo através de entrevistas, que revelaram que um dos principais motivos que impedem o professor de receber adequadamente a criança deficiente é a sua falta de formação adequada para lidar com esse tipo de clientela. Nosso trabalho pretende apresentar também, baseado nas considerações de Mittler (2003), Carvalho (2000) e Correia (1999) um panorama geral sobre a história da deficiência no Brasil e como ela vem, timidamente, sendo transformada em termos de aceitação por parte da população. Acreditamos que, a partir de uma reflexão por parte do professor que recebe a criança deficiente, pode-se esperar uma postura mais humana e mais acolhedora para com esse aluno, vendo-o como um indivíduo capaz e que pode ser dono de sua própria vida com segurança e autonomia.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual, Sala de Atendimento Educacional Especializado, Declaração de Salamanca, Pessoas com Necessidades Especiais, Deficiência Física.

INTRODUÇÃO

Cada dia é perceptível as diversas discussões voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual na sala comum de ensino. A partir de 1994, com a consolidação da Declaração de Salamanca, todo o mundo voltou-se para o reconhecimento da diversidade e pluralidade social. A escola passa a ser vista como lócus da heterogeneidade, reconhecendo que todos os alunos têm o direito de permanecer de forma ativa e participativa no processo educacional.

Neste sentido, os rótulos devem ser esquecidos e a marginalização colocada de lado, pois o princípio da inclusão baseia-se em reconhecer que todos os educandos possuem diversas formas de aprendizagem. No passado, os alunos com deficiência intelectual recebiam o rótulo de deficientes, débeis e retardados, termos esses dispensados a todos aqueles indivíduos que tivessem algum tipo de dificuldade de aprendizagem. Hoje, passam a ser



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

classificados como alunos com necessidades educacionais especiais, onde deverão ser criados diversos mecanismos que possibilitem o processo de aquisição do conhecimento.

A prática pedagógica, por sua vez, tem como finalidade desenvolver o processo de ensino e aprendizagem da criança com deficiência intelectual, como também promover o acesso à inclusão entre os alunos através do lúdico no processo de aprendizagem. Dessa forma, torna-se ímpar que o professor busque por metodologias eficientes que desenvolvam capacidades cognitivas na criança com a referida deficiência.

A escola, como ambiente transmissor de conhecimento, cultura e cidadania deve estar sempre buscando soluções possíveis para que possa fazer uma inclusão com responsabilidade, respeitando as diferenças e conscientizando a comunidade escolar envolvida nesse processo. No entanto, mesmo depois de vários anos em que já se discute a importância de uma visão diferenciada no que se refere à educação de pessoas com deficiência intelectual, vê-se que a realidade pouco mudou: os professores não possuem a formação necessária para tratar dessas peculiaridades educacionais, o que se reflete no esquecimento de crianças com deficiência dentro da sala de aula, sendo vistas como pessoas incapazes de desenvolver-se como os demais alunos, considerados “normais”.

Assim, este trabalho tem como principal objetivo verificar quais são as dificuldades enfrentadas pelos educadores no processo de inclusão de crianças com deficiência intelectual. O propósito de desenvolver a referida pesquisa surgiu durante nossos acompanhamentos nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), onde atuamos como professoras. Sempre nos chamou a atenção o processo de integração e inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular, o que desemboca em nosso desejo de analisar práticas que facilitem o processo de integração e inclusão dos alunos com deficiência intelectual nas salas regulares.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida nas escolas em que atuamos como professoras da sala de AEE no processo de inclusão dos alunos com deficiência. Buscamos encampar com observações participativas nas salas que recebem os alunos com deficiência intelectual, entrevistas e questionário com o núcleo gestor, professores, pais, bem como os alunos com deficiência e os ditos normais, com o propósito de identificar a situação-problema e os



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

desafios enfrentados por todos que fazem parte desse processo vivencial de inclusão nas escolas.

Para isso, procedemos também com análise textual buscando aparatos e subsídios pedagógicos que nos ajudaram de forma significativa com intervenções que auxiliaram alunos com deficiência intelectual e professores no processo de inclusão diante do ensino-aprendizado de qualidade respeitando os limites e as diferenças.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil, a Declaração de Salamanca foi materializada através da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, onde se adiciona um capítulo completo que garante a integração e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino, posicionando-se como modalidade íntegra ou perpassando pelas diversas modalidades educacionais. Neste sentido, podemos compreender como educação especial a modalidade de ensino destinada preferencialmente em sala de aula regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

No artigo 59 são garantidos currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades. Com isso, a inclusão das pessoas com deficiência intelectual não é algo tão distante ou impossível de ser feito; basta compreendermos os termos que identificam a vinda ou atuação desses sujeitos na sociedade como integração e inclusão.

Nesse aspecto, cumpre resgatar as palavras de Correia (1999):

A noção da escola é um espaço educativo aberto, diversificado e individualizado, em que cada criança possa encontrar respostas a sua individualidade, à sua diferença. A integração pressupõe assim a utilização máxima dos aspectos mais favoráveis do meio para o desenvolvimento total de sua personalidade. (CORREIA, 1999, p. 19).

Para o autor, integração diz respeito à educação sempre que possível de crianças com necessidades educativas especiais junto à criança dita “normal”. Entende-se por integração um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando suas interações nos grupos sociais. “No caso da integração escolar é um processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos” (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994, p. 18).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Dessa forma, não é o aluno que se molda à escola, mas é ela que, consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo, ou seja, um espaço que eduque e ensine juntas, crianças “normais” e crianças com necessidades educacionais especiais.

O enfoque de educação inclusiva representa um passo adiante, no que concerne ao conceito de integração, cujo propósito principal tem sido a transição dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais da escola especial para a escola comum. Sob esse enfoque, a educação inclusiva representa um avanço, pois centraliza preocupação no contexto educacional para que todos os alunos participem e se beneficiem de uma educação de qualidade. Ela só será possível a partir da integração desses alunos “excepcionais” no sistema regular de ensino. Compreende-se, portanto, que a integração e inclusão são métodos distintos, todavia interligados.

É importante lembrar que a inclusão ocorre não somente no âmbito escolar, mas nas ruas, nas lanchonetes, nos *shopping centers*, no trabalho, nas igrejas, enfim em todos os espaços de integração humana.

Podemos constatar que o acesso à formação escolar propicia o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas e, neste sentido, a escola inclusiva tem como objetivo principal responder às necessidades educacionais de cada criança para que todas cresçam e participem com igualdade, beneficiando-se de um ensino que venha atender às suas necessidades.

Sabemos que nossa sociedade é muito excludente e a escola, como formadora de cidadãos, tem a função social de transformar indivíduos. Sendo assim, obviamente, a educação tem a missão de socializar as futuras gerações em busca de um mundo que ofereça um sistema de educação escolar com a missão de oferecer oportunidade para todos, sendo que na medida em que implantarmos uma educação cada vez mais inclusiva, iremos alcançar sociedades mais inclusivas.

Boneti (1996), ao referir-se sobre o assunto, assume que:

O portador de deficiência está sujeito à exclusão social tanto por fatores sociais decorrentes de sua condição de classe, quanto por fatores individuais decorrentes da presença da deficiência. Logo a luta pela inclusão social do deficiente se insere num movimento mais amplo da sociedade, aquele que comporta também a luta pela eliminação das desigualdades sociais. (BONETI, 1996, p. 168).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Neste sentido, a educação inclusiva é um desafio que tem que ser construído constantemente, pois vivemos em uma sociedade que cada vez mais valoriza os aspectos estéticos e materiais tornando a vida em sociedade pasteurizada, virtualizando o que se refere às relações humanas e fazendo com que a agilidade e a perfeição tornem-se as principais molas da sociedade contemporânea.

Podemos perceber que na maioria das vezes a escola é vista como uma ilha isolada, mas a mesma é um elemento da funcionalidade social, é uma instituição formadora de opiniões, sendo uma peça de encaixe fundamental da sociedade atual, como bem aponta Mittler (2003):

As escolas e o sistema educacional não funcionam de modo isolado. O que acontece nas escolas é um reflexo da sociedade que elas funcionam. Os valores, as crenças e as prioridades da sociedade permearão a vida de o trabalho nas escolas e não pararão nos seus portões. Aqueles que trabalham nas instituições de ensino são cidadãos da sua sociedade e da comunidade local; portanto, possuem a mesma gama de crenças e atitudes com qualquer outro grupo de pessoas. (MITTLER, 2003, p. 24).

Portanto, tantos alunos considerados como deficientes, como os educandos ditos “normais” requerem recursos educativos que potencializem e atendam às suas peculiaridades. Todavia, a escola inclusiva é aquela que atende de forma mais heterogênea as demandas educativas dos indivíduos da atual sociedade, respeitando-os e valorizando-os. “No campo da educação a inclusão, envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola” (idem, p. 25).

Percebe-se, então, que a partir do momento que o aluno tenha essa oportunidade, o mesmo conseguirá superar as diversas barreiras impostas pela sociedade, tanto nos preconceitos, quanto em situações da vida diária. Assim, faz enaltecer o papel fundamental da escola no processo de inclusão educacional. De acordo com Carvalho (2002):

Um mundo inclusivo e um mundo no qual todos têm acesso as oportunidades de ser e estar na sociedade de forma participativa; onde a relação entre o acesso as oportunidades e as características individuais não são marcadas por interesses econômicos, ou pela caridade pública. (CARVALHO, 2002, p. 16).

Carvalho deixa bem claro que o que importa na escola inclusiva são os fatores capitais que circunscreve o entorno do educando, como as diferenças de classes sociais, ideológicas e políticas. Nesse ponto, a escola inclusiva é aquela que vai se deter em especial

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

nas peculiaridades, sendo o alunado com ou sem deficiência. As escolas inclusivas são escolas para todos, o que implica num sistema educacional que se reconheça e se prepare para atender às diferenças individuais, respeitando as necessidades de todos os alunos que, por inúmeras causas, endógenas ou exógenas, temporárias ou permanentes, apresentem dificuldades de aprendizagem.

Diante do que foi exposto podemos constatar que o professor da sala de recursos multifuncionais contribui de forma significativa com a integração, inclusão e aprendizagem desses alunos com necessidades educacionais especiais, quando o seu principal objetivo é o processo de aprendizagem do ser humano. Por tudo que aqui foi discutido, entendemos que a prática pedagógica de forma inclusiva precisa ser repensada e flexível para que realmente ocorra a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, levando em conta que cada ser humano tem um estilo de aprender diferente, isto é, somos seres heterogêneos e estamos diretamente ligados ao meio, em que vivemos como também a comunidade a que pertencemos.

CONCLUSÕES

O trabalho realizado na Sala de Recursos Multifuncionais é um processo de construção, pois necessita de continuidade na sala regular. O objetivo desta pesquisa foi buscar um diálogo entre a Sala de Recursos Multifuncionais com a sala regular e suas práticas desenvolvidas para assegurar a equidade dessas práticas com o aluno com deficiência intelectual.

Neste processo, cabe ressaltar que a escola precisa criar condições necessárias para que esse aluno possa desenvolver suas habilidades e potencialidades superando os limites que lhes são impostos no dia-a-dia e é nesse sentido que a escola, como ambiente transmissor de conhecimento, cultura e cidadania, deve estar sempre buscando soluções possíveis para que possa fazer uma inclusão com responsabilidade, respeitando as diferenças e conscientizando a comunidade escolar envolvida nesse processo.

É preciso entender que devemos atentar para a mudança contida na Lei da Inclusão de que a escola não trabalha sozinha. O Estado se responsabiliza em proporcionar acesso, acessibilidade e permanência do aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na escola.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

É nesse sentido que devemos ter um olhar e posicionamento crítico sobre o aluno com Deficiência Intelectual para que o mesmo possa se integrar e a escola se adequar ao aluno, dando-lhe condições de acessibilidade, comunicação e assistência pedagógica.

É importante que as salas de recursos multifuncionais sejam vistas com relação direta com a educação regular. É necessário, também que haja uma interação entre a Escola e a família, pois se sabe que a família é ponto crucial na inclusão dessa criança, recebendo apoio necessário para que se possa focar no seu aprendizado. Desse modo, as Salas de Recursos Multifuncionais possibilita aos alunos com Deficiência Intelectual contribuições essenciais à sua autonomia e despertando nelas segurança no convívio em sociedade.

Sabe-se que o atendimento as crianças com Deficiência Intelectual ainda é deficitário, mas que a escola e a família precisam entender que o trabalho desenvolvido nas Salas de Recursos Multifuncionais tem o objetivo de colaborar para que a esse aluno supere suas dificuldades.

Diante disso, é possível concluir que a Sala de Recursos Multifuncionais procura desenvolver o lado social e cognitivo dos alunos com deficiência intelectual suplementando e complementando o trabalho do professor da sala regular.

Dessa maneira, espera-se que a realização desta pesquisa motive e incentive a ampliação de projetos de pesquisas colaborativas, relacionadas à educação inclusiva no tocante ao atendimento de alunos com Deficiência Intelectual e promover de certa forma, um despertar possibilitando que o professor discuta a temática e também sua prática pedagógica, provocando reflexões sobre ele mesmo e sobre mecanismos escolares que geram a inclusão ou exclusão desses alunos e modificando a dinâmica da sala regular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONETI, R. A Escola Como Lugar de Integração (Ou Segregação?) da Criança Portadora de Deficiência Intelectual. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 6, n. 1, p. 112-127, 1996. Disponível em: <http://www.aprendizagemnadiversidade.ufc.br/documentos/inclusao_escolar/a_escola.pdf>. Acesso em: 25 mar 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Especial: tendências atuais**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política educacional de Educação Especial**. Secretaria de Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1994. Disponível em: <

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 10 jan 2015.

CARVALHO, R. **Tema em Educação Especial**. 2. ed. Rio de Janeiro: WAK, 2000.

CORREIA, L. **Alunos com Necessidades Educacionais Especiais nas Classes Regulares**. 1. ed. Portugal: Porto Editora, 1999.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.